



PARAÍÇOS FISCAIS

Dinheiro ocultado em *offshores*
18.500.000.000.000
 dólares

Impostos que não se colectam...

Offshores mundiais escondem 14 biliões de euros

Dois terços do dinheiro em paraísos fiscais – 9,5 biliões de euros –, tem origem na União Europeia. Mini-cimeira não deu passos em frente

Cristina Ferreira e Victor Ferreira

Discutir o fim das *offshores* está a deixar de ser um tabu, mas a solução está longe de ser alcançada. Depois de em Bruxelas altos responsáveis terem aparecido a defender que o fim da fraude e da evasão fiscal é uma questão fiscal e de sobrevivência das economias, ficou a saber-se que estes “territórios” escondem 14 biliões de euros (18,5 trilhões de dólares). O que se traduzirá numa perda de receita fiscal para os governos em torno dos 120 mil milhões de euros, segundo as contas da organização internacional não-governamental Oxfam.

No dia da reunião dos chefes de Estado e de governo europeus agendada, hoje em Bruxelas, para tomar medidas de reforço na luta contra a evasão e a fraude fiscal, a Oxfam revelou que dois terços do dinheiro “ocultado” em paraísos fiscais estão relacionados com “territórios” da União Europeia (UE). A ONG pediu aos responsáveis europeus que actuem de modo articulado e urgen-

te para pôr um fim à evasão fiscal.

Como é que se chegou àquelas contas? Um consultor e especialista da Oxfam, Matti Kohonen, refaz o percurso ao PÚBLICO: a ONG teve em consideração 52 paraísos fiscais; usou como base a lista do US Government Accountability Office, que lista 50, juntando-lhes depois mais dois territórios, a Holanda e o estado norte-americano de Delaware; é um número menor de paraísos fiscais do que aquele que se obtém (cerca de 60) seguindo os critérios da OCDE ou do FMI. “Decidimos usar esta lista de 50 por nos parecer apropriado ao objectivo de exigir a estas potências que ponham fim ao segredo que propicia a existência destes paraísos fiscais”, explica.

Desta lista, da UE, estão o Luxemburgo, Holanda, Chipre, Malta, Irlanda e Letónia, além de territórios ultramarinos, associados ou dependentes de países europeus como Andorra (França), Gibraltar (Reino Unido), Aruba (Holanda). Portugal e a Zona Franca da Madeira, por exemplo, não aparecem no grupo de territórios que servem para esconder dinheiro que, em impostos, seria suficiente para “acabar duas

vezes com a pobreza extrema no mundo”, diz a Oxfam. E porque não está a Madeira? Porque uma zona franca tem “regras mais relaxadas para atrair negócios”, mas “é diferente de um paraíso fiscal, que se rege pelo segredo extremo, onde os não residentes podem esconder os seus bens financeiros das autoridades dos seus países de residência”, justifica Kohonen. Mas a Madeira “não deixa de preocupar a Oxfam”, porque mesmo assim “pode permitir a evasão fiscal”.

Já o advogado Gonçalo Martins, da SRS & Advogados, especialista em operações financeiras, considera que, com o fim dos benefícios fiscais, uma imposição do memorando assinado com a troika, a Madeira perdeu as suas características *offshores*.

Num contexto de maior pressão sobre os orçamentos europeus em que os contribuintes são chamados a pagar décadas de desregulamentação financeira, os decisores, que sempre olharam de lado para estas questões, surgem agora mais colaborantes. Há dois dias o presidente do Conselho Europeu Herman Van Rompuy chamou a atenção: “Em

tempos de severas restrições orçamentais e de cortes na despesa, combater a evasão e a fraude fiscal é mais do que uma questão de justiça fiscal. Tornou-se essencial para a aceitabilidade política e social da consolidação orçamental.” Já antes, o presidente da Comissão Europeia, Durão Barroso, saíra em defesa de uma maior transparência dos circuitos financeiros.

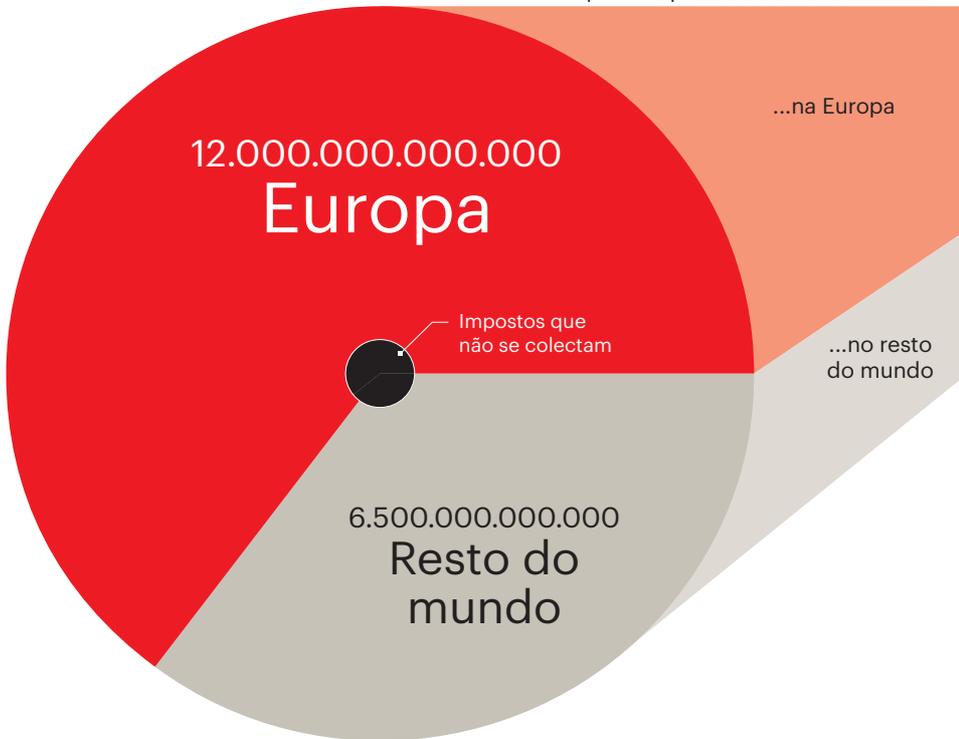
Catherine Olier, conselheira da Oxfam para as questões europeias, considera legítimas as preocupações dos responsáveis europeus: “Em tempos de austeridade e de cortes orçamentais, a luta contra a evasão fiscal é uma maneira fácil de conseguir reunir grandes quantidades de dinheiro como alternativa aos cortes” que penalizam as populações, disse ontem ao PÚBLICO. “Em qualquer parte do mundo, os impostos são fontes mais sustentáveis de obter recursos para financiar serviços públicos como a Saúde e a Educação”.

Afirmações que surgem no quadro de movimentações que começaram a ganhar asas na Primavera de 2009, quando se realizou a grande cimeira da globalização. Na altura, foi num

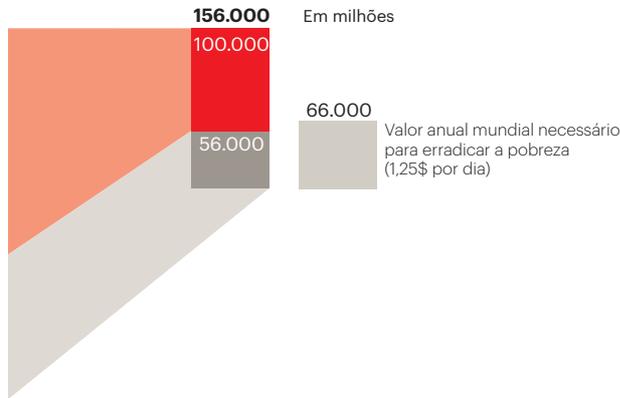
quadro de incerteza quanto à evolução económica que o G20 proclamou “que a ausência de regulação estava na base da crise” financeira. Mas não agiu em consonância. As 20 potências, entre as quais a UE, limitaram-se a celebrar um compromisso genérico “para ampliar a supervisão e o registo regulador das agências de rating”. E sobre o combate à evasão e fraude fiscal pouco adiantaram.

Gonçalo Martins considera o relatório da Oxfam “bem estruturado”, pois apela à conciliação “da necessidade de obter receitas para combater a pobreza, com a existência de quantias impensáveis que são detidas por empresas *offshore*, muitas delas em países que têm índices de desenvolvimento humano baixo, algo que é, no mínimo, paradoxal.”

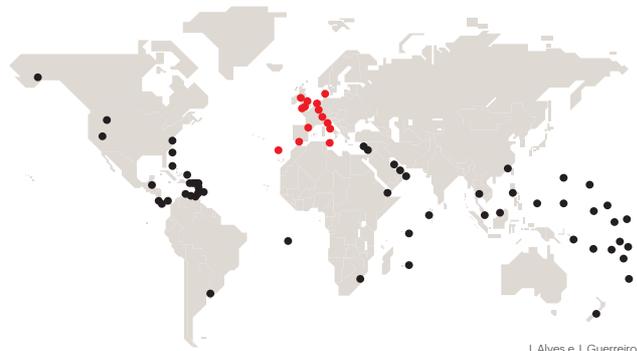
A Oxfam chama a atenção para, em resultado da ocultação de 14 mil milhões de euros em paraísos fiscais, se deixarem de cobrar 120 mil milhões de euros de impostos: “Duas vezes o necessário para que cada pessoa no mundo em pobreza extrema viva acima do limiar de 1,25 dólares por dia.” Contas que dão que pensar. Sobre Portugal, Gonçalo



Fonte: oxfam.org



Países reconhecidos como *offshores* pelo FMI e pela OCDE



Martins diz que não existem números certos, mas acredita “que seja uma parte ínfima dos 9,5 biliões de euros [referentes aos dois terços do bolo total que está na esfera da UE], pois a maior parte está associada aos grandes centros financeiros, como Londres, Frankfurt e Paris.”

Utilizar a Holanda não é uma novidade para os portugueses. Um trabalho do PÚBLICO, de Agosto de 2011, sobre o “trilho dos grupos do PSI 20 registados em regiões com menor carga fiscal”, concluiu que 19 das 20 maiores empresas cotadas na bolsa lisboeta tinham, no total, 74 sociedades com sedes em países com vantagens fiscais em relação a Portugal. A Holanda era a preferida. Mas a Irlanda e o Luxemburgo também. Já os bancos optavam pelas ilhas Caimão.

Um relatório feito a pedido do grupo socialista europeu, e disponível no site da Comissão Europeia, dá uma indicação sobre Portugal: anualmente a fuga ao fisco representa uma perda de 12 mil milhões de euros. O mesmo valor da linha pública reservada à recapitalização da banca portuguesa e mais 1500 milhões do que o valor do défice

público português de 2012 (10,6 mil milhões de euros).

O que deve Portugal fazer? “Tem de apostar numa posição europeia comum clara relativamente à imposição de restrições, a nível global, de zonas de tributação nula ou reduzida”, diz o advogado especializado em operações financeiras transnacionais. A existência “de zonas de tributação reduzida na UE (Luxemburgo e Malta, por exemplo) é um factor de desigualdade entre países da UE, mas reforça a competitividade financeira da própria UE, desde que as instituições financeiras sejam supervisionadas. Este último aspecto é fundamental, veja-se o caso de Chipre.” Ontem, já terminada a cimeira, a Oxfam comentou o resultado da reunião: “Os líderes da UE não conseguiram pôr-se de acordo sobre uma lista negra de paraísos fiscais e a imposição de sanções contra eles e quem os usa”, disse Olier. “É positivo que mostrem vontade, mas são os mais pobres dos pobres que mais são atingidos com as más práticas fiscais e não há um sinal mínimo de que a UE queira envolver os países em desenvolvimento neste esforço”.

Passos quer tornar Portugal fiscalmente competitivo daqui a seis ou sete anos

Isabel Arriaga e Cunha, Bruxelas

O primeiro-ministro reconheceu ontem implicitamente que o Governo não tem forma de impedir que as grandes empresas portuguesas recorram a regimes fiscais mais favoráveis na União Europeia (UE) para pagar os seus impostos, mas sublinhou que espera que Portugal também se possa tornar fiscalmente competitivo no quadro de uma reforma do IRC a realizar num horizonte de seis a sete anos.

Pedro Passos Coelho, que falou à imprensa no final de uma minicimeira de líderes da UE dedicada à luta contra a evasão fiscal e a energia, disse que a administração fiscal tem hoje mais meios para verificar se o grande número de empresas que compõem o PSI-20 (índice da bolsa de Lisboa) que pagam impostos fora de Portugal, sobretudo na Holanda, para beneficiar de um regime mais favorável, o podem efectivamente fazer. Segundo explicou, estes casos estão a ser analisados de perto para distinguir “o que é a sede estatutária [dessas empresas] do que é a sede efectiva para efeitos fiscais”.

Apesar deste controlo, Passos reconheceu que não há grande volta a dar à concorrência fiscal entre os países da UE, pois não há uma harmonização da fiscalidade directa. “Não há dúvida nenhuma de que há países que têm regimes fiscais mais competitivos, ou mais atractivos, do que outros”, reconheceu.

O chefe do Governo afirmou, no entanto, que espera que Portugal possa tornar-se fiscalmente mais atractivo para as pessoas, capitais e empresas, embora sublinhando que isso só pode acontecer num horizonte de seis a sete anos, depois da redução das despesas públicas no contexto da consolidação orçamental em curso e no quadro da reforma do imposto sobre os lucros das empresas (IRC) que está a ser preparada. “Não temos margem para, de um dia para o outro, obter essa competitividade fiscal, vamos ter de apontar para ela ao longo de um conjunto de anos, provavelmente

te seis, sete anos”, afirmou. Como este processo está “para além do mandato do actual Governo”, Passos afirmou que espera conseguir “um entendimento o mais alargado possível” em Portugal e que o Partido Socialista “contribua para poder dar essa longevidade e credibilidade às medidas que possam ser tomadas nesta matéria”.

Neste momento, está a ser conduzido um estudo para a reforma do IRC liderado por António Lobo Xavier, a convite do Governo. Até 30 de Junho deverá ser revelado o anteprojeto da reforma.

Sintomaticamente, a questão da concorrência fiscal potencialmente desleal entre os países da UE esteve arredada dos debates dos líderes numa cimeira dedicada sobretudo à concertação de estratégias de combate aos paraísos fiscais. Isto apesar de países como a Holanda e a Irlanda serem comparados pela OCDE a paraísos fiscais, como tem sido revelado pelas montagens financeiras de grandes grupos como a Apple, através das suas filiais irlandesas, para pagar montantes irrisórios de impostos.

François Hollande, Presidente francês, foi um dos poucos líderes que consideraram “totalmente decisivo” combater “a optimização fiscal” que “não é mais do que a procura da fiscalidade zero para um certo número de grupos” económicos.

Mesmo no combate aos paraísos fiscais, os líderes não conseguiram grandes avanços, adiando para Dezembro uma decisão sobre a generalização da troca de informações entre os 27 sobre os juros recebidos pelos seus cidadãos a partir de contas bancárias noutros Estados-membros.

A Áustria e o Luxemburgo – que beneficiam de uma derrogação à regra europeia da troca de informações que lhes permite reter na fonte uma taxa sobre os rendimentos do capital dos não-residentes no seu território – continuam a fazer depender o seu assentimento ao reforço da legislação europeia da adopção de medidas equivalentes pelos Estados europeus não-membros da UE e seus concorrentes directos (Suíça, Mónaco, Liechtenstein, Andorra e San Marino). A Comissão Europeia recebeu ontem um mandato para começar as negociações com estes Estados.



Passos com Cameron ontem, na minicimeira em Bruxelas



PARAÍÇOS FISCAIS

Seguro defende fim dos *offshores* e a taxaço das transacções financeiras

Na reunião de líderes socialistas europeus, o secretário-geral do PS insistiu na mutualização de parte da dívida e no reforço do papel do BCE no financiamento dos Estados-membros

Leonete Botelho

António José Seguro foi ontem à reunião de líderes socialistas europeus defender o fim dos *offshores*, a par da taxaço de transacções financeiras e do combate à especulação. “É preciso aliviar os impostos a quem produz, trabalhadores e empresas, combater a corrupção e evasão fiscal, com vista a um mundo mais justo e reconhecedor de quem produz”, disse no encontro de Leipzig, na Alemanha.

No dia em que o Conselho Europeu se debruçou sobre o combate à evasão fiscal e a Oxfam revelou números impressionantes sobre o volume das transacções financeiras nos paraísos fiscais, o tema dos *offshores* foi um dos assuntos fortes também da reunião de líderes socialistas, em que participaram vários primeiros-ministros, como os do Reino Unido, Itália, Áustria, República Checa, Malta, vindos de Bruxelas.

Mas foi na procura de soluções para a saída da crise financeira da Europa que a intervenção de Seguro se centrou. O secretário-geral socialista insiste na proposta de criação de um fundo de mutualização de parte das dívidas superiores a 60%, lembrando que a média das dívidas públicas está acima dos 80%: “Com esta mutualização, podemos financiar-nos a taxas de juro mais baixas e diminuir o défice orçamental, ao mesmo tempo que as nossas empresas ganham competitividade pois podem obter crédito a taxas de juro adequadas.”

Por outro lado, Seguro voltou a preconizar o reforço do papel do Banco Central Europeu, reivindi-



Reunião dos líderes sociais-democratas europeus ontem em Leipzig

cando que possa financiar directamente os Estados-membros. Numa primeira fase, através do MEEF (Mecanismo Europeu de Estabilização Financeira), ao qual seria atribuída uma licença bancária. Mais tarde, com a alteração dos tratados europeus, defende que o BCE deveria ter “todas as competências e mecanismos para funcionar como credor de último recurso, como acontece com qualquer outro banco central do mundo”.

Estas propostas têm vindo a ganhar terreno na Europa, sobretudo entre socialistas e sociais-democratas, mas estão longe de serem pacíficas. Mais consensuais são hoje os objectivos de investimento na economia e criação de emprego, preocupações já presentes em cimeiras europeias e que serão temas do Conselho Europeu de Junho. Na procura de aliados, Seguro teve também várias reuniões bilaterais, entre os quais com o congénere holandês.

Antes, grande parte dos líderes

socialistas tinha participado na primeira conferência da Aliança Progressista (AP), uma estrutura complementar à Internacional Socialista que vai alargar-se a outras forças políticas e sociais – partidos democratas, sociais-democratas, trabalhistas e progressistas, mas também estruturas sindicais, ONG e *think tanks* internacionais.

Na sua intervenção de ontem, Seguro, que é um dos promotores desta nova organização internacional, frisou: “O sucesso da Aliança Progressista está intimamente ligado à capacidade de nós, como partidos, como movimentos políticos, chegarmos a acordos de civilização, em nome dos nossos valores e respeitando a vontade democrática dos povos no seu todo, abdicando muitas vezes dos interesses do dia-a-dia político em cada um dos nossos países.” O primeiro objectivo desta aliança é lançar uma campanha para um acordo de concertação social a nível global, o *Global Deal*.

PERGUNTA E RESPOSTA

O que é um *offshore*?

É uma sociedade ou conta bancária que está domiciliada num paraíso fiscal, ou seja, uma jurisdição em que a fiscalidade é praticamente nula ou muito reduzida.

O que é uma zona franca?

O conceito de zona é ligeiramente diferente do conceito de paraíso fiscal, embora coincida no aspecto da tributação reduzida ou nula. Em regra, correspondem a zonas delimitadas de um território, normalmente portos, sem tributação (tarifas alfandegárias nas operações de comércio internacional) com o argumento de serem um estímulo à actividade portuária. Na prática, o que acontece é que se permite a instalação de empresas que beneficiam de tributação reduzida ou nula. Exemplos: Zona Franca da Madeira, Vigo, Cádiz, Barcelona ou mesmo a zona portuária de Londres (London Docklands).

Que vantagens oferece um *offshore*?

A possibilidade de se constituir uma sociedade que beneficia de tributação reduzida ou nula e, indirectamente através dessa sociedade, ou directamente beneficia de um conjunto de serviços financeiros prestados por filiais de bancos internacionais. O capital fica isento de tributação, ao mesmo tempo que auferido de um regime de sigilo bancário rigoroso, dificultando o acesso a informações ou registos bancários por parte das autoridades fiscais e de investigação criminal dos outros países.

Transferir dinheiro para paraísos fiscais é um crime?

Não. Sendo legal, obriga o depositante/contribuinte a declarar que é beneficiário ou tem poderes de movimentação de contas em *offshores* e a declarar os rendimentos daí decorrentes. A não declaração e não pagamento de rendimentos aí obtidos por pessoas singulares ou colectivas residentes em

Portugal é que é crime. A lei contém normas antiabuso, que consideram que uma pessoa colectiva tem o seu domicílio no local da sua sede ou direcção efectiva, abrangendo assim as situações em que uma sociedade sediada num paraíso fiscal é efectivamente administrada ou controlada a partir de Portugal.

Qualquer pessoa pode depositar dinheiro nos *offshores*?

Sim. Mas está obrigada a declarar a existência de contas bancárias. Esta regra aplica-se a qualquer conta bancária domiciliada fora do país.

Qualquer Estado pode abrir um *offshore*?

Em princípio sim. Mas a nível europeu não é possível, pois existem regras que limitam a existência de *offshores*, embora haja muitas excepções. A Zona Franca da Madeira beneficiava de um estatuto negociado pelo Estado português a nível da União Europeia, e que, devido ao plano de assistência financeira, teve um fim mais cedo do que o inicialmente previsto.

Será possível acabar com os *offshores*?

Os especialistas defendem que só um acordo a nível do G20 relativamente a taxas sobre operações financeiras, incluindo transferências de capitais de e para *offshores* (que deveriam ser taxas agravadas), poderia reduzir o problema.

O que se passa em Portugal?

O Estado português dispõe, desde 2004, de uma lista oficial das jurisdições de tributação privilegiada, os chamados “paraísos fiscais”. A lista não é completa. Não inclui, por exemplo, os estados norte-americanos de Delaware e de Nova Iorque (sob algumas condições). Mas na União Europeia há regimes fiscais favoráveis, nomeadamente para as sociedades gestoras de participações sociais (*holdings*) na Holanda, Luxemburgo, Malta ou Chipre.

Cristina Ferreira



“
[Os progressos de Portugal]
dispensam que
os enumeremos todos

Wolfgang Schäuble
Ministro das Finanças da Alemanha



Gaspar garante que alemães estão “disponíveis para ajudar” PME portuguesas

Pedro Crisóstomo

Em Berlim, ouviu elogios do ministro alemão das Finanças, Wolfgang Schäuble, mas na mala levava algo mais para anunciar. E assim foi. Do encontro de trabalho de ontem com Schäuble na capital germânica, Vítor Gaspar apresentou como sinal do apoio da Alemanha a Portugal a possibilidade de o banco público de investimento alemão KfW alargar linhas de financiamento ao tecido empresarial português.

Assumir participações indirectas em pequenas e médias empresas (PME) está mesmo a ser estudado

pelo Kreditanstalt für Wiederaufbau (KfW), garantiu o ministro português das Finanças, referindo-se ao banco de desenvolvimento criado no pós-Guerra para apoiar a reconstrução alemã e que hoje actua no financiamento de projectos empresariais estruturantes.

De Schäuble, ao lado de quem falou aos jornalistas depois da reunião bilateral, Gaspar recebeu a garantia de que as autoridades alemãs estão “disponíveis para ajudar” Portugal na dinamização das empresas.

Com a economia faminta de investimento, mas a concessão de crédito às empresas a escassear, Portugal pode contar, em particular, com a colaboração do banco de desenvol-

vimento alemão, frisou o ministro das Finanças. A promessa alemã de “ajudar” Portugal a criar um ambiente de negócios que estimule a actividade económica foi assumida pelo Governo de Berlim quando a chance-



O “banco” de desenvolvimento português deverá assegurar financiamento através de fundos estruturais

ler Angela Merkel visitou Lisboa em Novembro. Nessa altura, ficou a porta aberta à colaboração da Alemanha na criação em Portugal de um banco

idêntico. Ontem, esse compromisso saiu reforçado em Berlim.

Em marcha está já a criação de uma entidade, chamada Instituição Financeira de Desenvolvimento, que numa primeira fase poderá assegurar financiamento através de fundos estruturais, podendo mais tarde captar fundos directamente nos mercados.

Schäuble defendeu a necessidade de os dois países reforçarem a colaboração. Objectivos: dinamizar a economia e combater o desemprego, que em Portugal atinge 17,7% da população activa, mas que, reforçou o ministro alemão, não é apenas um problema português.

Para Schäuble, não há razões para

duvidar que Portugal está “no bom caminho”. “Os progressos que Portugal tem vindo a alcançar no seu programa de ajustamento dispensam que os enumeremos todos”, disse, citado pela agência Lusa.

Reforçar o investimento, direccionando-o para as PME (a esmagadora maioria do tecido empresarial português), é um passo para diminuir o desemprego, sustentou ainda Schäuble.

O mesmo disse, em Bruxelas, o primeiro-ministro da Finlândia, Jyrki Katainen. Falando do caso português, afirmou: “Há muitos investimentos que deviam ser realizados, mas as pequenas e médias empresas não conseguem financiamento.”



Passos quer Portugal fiscalmente competitivo mas “daqui a 6 a 7 anos”

Oxfam diz que há 9,5 biliões de euros escondidos em paraísos fiscais na União Europeia | Seguro pede fim dos *offshores* e a taxaço das transacções financeiras | Alemanha quer ajudar PME portuguesas **Destaque, 2 a 5**